



3769129

21290.200125/2023-94



Ministério da Igualdade Racial

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos

Diretoria de Políticas para Quilombolas e Ciganos

ATA 2ª REUNIÃO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA AQUILOMBA BRASIL

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas (horário de Brasília-DF), na Sala T23, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, foi realizada a **Segunda Reunião do Comitê Gestor do Programa Aquilomba Brasil**, instituído por meio do decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023.

A relatoria da reunião foi realizada por representantes da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial (SQPT). Estavam presentes na 2ª Reunião Ordinária representantes membros – titulares ou suplentes – do Comitê Gestor: **Ronaldo dos Santos e Paula Balduíno de Melo da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT)**, do **Ministério da Igualdade Racial (MIR)**; **Myriam Cyntia Cesar de Oliveira do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**; **Andrew Toshio Hayamo do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**; **Alice Utida Ferreira Manica da Secretaria Adjunta VIII da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil e Dalila Fernandes de Negreiros da Secretaria Adjunta VI da Secretaria Especial de Análise Governamental, da Casa Civil**; **Claudia Regina Sala de Pinho e Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**; **Oriel Rodrigues de Moraes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ricardo da Costa Ribeiro do Ministério de Minas e Energia**.

Estavam presentes ainda membros em substituição das indicações anteriores: **Murilo Botelho** da Fundação Cultural Palmares; **Eduardo F. de Araújo** do Ministério da Educação; e a recém indicação do Ministério das Cidades, **Mirna Chaves**; convidadas: **Hayla de O. Ximenes Mesquita** da Secretaria do Patrimônio da União; **Monica de Oliveira Silva** do Ministério da Saúde; e **Victória L. Nascimento** da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).

E representantes da SQPT/MIR: **Rozembergue Batista Dias** - Coordenador-Geral de Políticas para Quilombolas; **Fabiano Campelo Bechelany** da Coordenação de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola; **Priscila Ribeiro da Cruz** – Coordenadora de Políticas Públicas para Quilombolas; e **Walisson Braga da Costa** da Coordenação de Gabinete da SQPT/MIR.

Considerando que os presentes na 2ª Reunião Ordinária garantiram o quórum de maioria simples, se iniciou com a discussão acerca das pautas informadas no ofício convite encaminhado aos membros que foi a seguinte:

- (i) Apresentação dos Grupos de Trabalho "da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola - PNGTAQ" e "da Agenda Nacional de Titulação";
- (ii) Plano Pluriannual 2024 - 2027 e as incidências da pauta quilombola nos ministérios executores de políticas públicas;
- (iii) Pactuação sobre Mesas de Diálogos Temáticas; e
- (iv) Apresentação das demandas das comunidades quilombolas para pactuação de reuniões bilaterais.

Durante a reunião foram discutidos:

Paula Balduíno iniciou a apresentação da pauta e demais informes. Dalila Negreiros questionou dos fluxos das demandas das comunidades quilombolas e Paula Balduíno respondeu que chegam por cartas e mensagens eletrônicas das próprias comunidades, Ministérios Públicos e Defensorias e são registradas no SEI. Sobre o CNPIR, vai sair o edital em julho convocando. Esperamos ter a participação da CONAQ no GT na sequência da primeira reunião do CNPIR. Com relação às demandas das comunidades, por exemplo, MME, MDS, Ministério da Infraestrutura, MCTI, Ministério das Comunicações reunir todos os ministérios que podem ter resposta a demandas provenientes das comunidades. Oriel Moraes lembrou que antigamente tinha o GSAC, um programa de pontos da internet. Pontos espalhados ao Brasil afora. Mas quando some o sinal, as comunidades ficam sem saber com quem falar e seria o momento de entender com quem estaria essa demanda. Paula Balduíno mencionou que é uma importante oportunidade de retomar o diálogo sobre o retorno de tratativas para antenas GSAC. Uma previsão de reunião pra os dias: 05, 06, 07/07 entre os ministérios para ver como encaminhar as demandas. Ricardo Ribeiro solicitou o encaminhamento da planilha de demandas sobre grandes empreendimentos para que internamente ele possa dialogar para as devidas respostas e encaminhamentos. Informou ainda que a titular do Comitê Gestor trabalha na pasta do "Luz para Todos" e que o suplente estará de férias durante o mês de julho. Paula mencionou que uma demanda muito clara das comunidades são os parques de energia eólica da Paraíba. Murilo Botelho lembrou que há processos na Fundação Palmares sobre os parques eólicos e que poderá repassar o SEI de cada um para o MIR. Oriel mencionou que todos os processos de licenciamento que estão no INCRA (parados) são relacionados a grandes empreendimentos. Disse ainda que a nova equipe está sendo montada. Até semana que vem terá uma portaria com a nova equipe. Esta terá uma formação. Acrescentou: o comitê deveria se debruçar sobre a portaria interministerial que limita a ação do INCRA em casos de licenciamento ambiental. O INCRA tem uma Instrução Normativa que limita a ação a comunidades que têm RTID. Muitas comunidades desassistidas. Dalila Negreiros afirmou que as demandas precisam ser colocadas de maneira integrada. A Casa Civil vai acompanhar. Sobretudo vai acompanhar aquelas que se referem aos empreendimentos que forem do Governo Federal. É preciso integrar, unificar as informações que chegam em todos os lugares. Elas não estão sistematizadas. Paula Balduíno informou que há uma planilha elaborada com as demandas e o número SEI, e compartilhamento dela com os ministérios participantes do Aquilomba. Eles também devem preencher. A planilha pode ir para um *team*, com o acesso dos demais órgãos, para serem alimentadas. Hayla Ximenes informou que a SPU já tem uma reunião agendada para uma escuta ativa com as comunidades de Boipeba (Bahia) e que vai enviar um convite para o MIR para que ela entre como interessada. Jacobson Rodrigues informou que o Ministério da Justiça está criando um grupo de trabalho para prevenção de conflito referente às comunidades quilombolas. Paula Balduíno mencionou a necessidade de convidar o MJ para essa reunião que será proposta. Monica Silva mencionou que é importante convidar a Vigilância Especializada do Ministério da Saúde, eles podem contribuir com essa pauta. Paula Balduíno afirmou a necessidade de articular com o MS a assistência à saúde mental quilombola. Essa é uma pauta urgente, que temos recebido muitas demandas. Paula Balduíno sobre o ponto de pauta de apresentação dos grupos de trabalho informou que haverá um evento unificado da CONAQ + 1ª Oficina e que aguarda o retorno daquela Coordenação. Proposta ainda que Oficinas – Sociedade Civil + Governo; Decreto da PGTAQ previsto para publicação em movimento de 2023; diretrizes, ferramentas de execução e arranjos de governança. Oriel Moraes mencionou que na GTAQ os quilombolas avançaram muito em relação as diretrizes e é preciso retomar isso. A GTAQ é um espaço de formação. Dalila Negreiros informou sobre os desafios do Decreto nº 9191/2017 e se possível encaminhar para ela (Dalila) os entraves, mesmo que informalmente. Sobre a Agenda Nacional de Titulação: metas físicas, recursos, mas é importante também pensar questões políticas. Elas serão uma variável importante para a agenda caminhar. Pensar, por exemplo, questões de regionalização: mais no Nordeste, mais no Norte, é preciso atender todas as regiões. Em relação aos processos administrativos de titulação no INCRA: o "kit decreto" precisa estar muito alinhado, para que não volte quando chegar na Casa Civil e o processo ocorrer em tempo hábil e garantir segurança jurídica para os decretos mais amarrados. Rozembergue Dias mencionou sobre a Portaria 60 Interministerial que necessita de melhoria e já poderia ser feito esse movimento. Dalila Negreiros questionou: é possível um entendimento em relação a normativa? Ou é preciso reformular os decretos,

portarias etc.? Com um novo entendimento das procuradorias, talvez se supere o entrave de forma mais acelerada e que portarias interministeriais até 2015 era feito entre ministérios, agora é feita por Decreto. Toshio Hayama mencionou a necessidade de calendarização de tempos e processos de fluxos de discutir isso é importante. O tempo que vai levar, para pensar nas projeções que precisa ser considerado na elaboração das metas. Victória Nascimento questionou de que forma a CONAQ pode contribuir nessas discussões e que em relação ao mérito, ela (a CONAQ) pode participar, inclusive nas reuniões que irão ocorrer com a Casa Civil. Eduardo Araújo mencionou que o MEC está presente na discussão. Que a Coordenação-Geral de Educação Ambiental no Comitê, bem como a Coordenação-Geral de Educação Quilombola. E que fazer a ponte entre as duas seria interessante. Informou que a profa. Rita, Coordenadora de Educação ambiental, poderia ser convidada para participar. O MEC tem recebido denúncias das comunidades quilombolas. Falou do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem recurso voltando por falta de execução. Quem pode receber e como receber esse recurso? Ronaldo Santos disse que não há notícias de judicialização do Decreto e a fase do processo em que há recurso já é ajuizado. O que se tem hoje é o processo de judicialização feito pelas comunidades, exigindo o Estado a cumprir. Jacobson Rodrigues informou que os milhões de reais que estão indo para o combate ao desmatamento, chegando no ICMBio, no MMA, eles devem vir na lógica da titulação e na gestão territorial. Eles precisam estar amarrados a isso. Uma discussão que precisa estar dentro do MMA também. Comunidades quilombolas tituladas conservam os ecossistemas. Dalila Negreiros informou que em relação a participação da CONAQ é positiva e que sobre a reunião com a Casa Civil é preciso pensar a titulação também. Assim como metas de certificação na Fundação Palmares, visto que quando o censo chegar, essa demanda vai aparecer. Oriel Moraes mencionou a necessidade de encaminhar o entendimento sobre o Decreto nº 9191, que é preciso alinhar. É um entendimento sobre o licenciamento e que as comunidades devem entrar. Até o final do ano estão projetados a publicação de 50 decretos. E que é necessário pensar em uma estrutura muito maior para o INCRA. Há uma reformulação da estrutura em curso, sendo pensada. A primeira proposta é para uma Diretoria Quilombola, mas ainda é importante mais. Paula Balduíno sugeriu que a reunião da Casa Civil pode partir do Decreto nº 9191/2017, mas é preciso pensar outras normativas que devem avançar e as portarias precisam também ser discutidas. Com relação ao terceiro ponto de pauta, Paula Balduíno, propôs duas mesas de diálogo temático: PGTAQ e Agenda de Titulação. Onde a mesa de diálogo é mais ampliada, com mais participantes (participação social). Fazer num formato virtual com muitas lideranças. Viabilizar um fórum amplo. Dialogar com a sociedade civil organizada. E a data prevista é de a PGTAQ ser realizada em agosto. E a da Agenda, em setembro. Jacobson Rodrigues mencionou que em relação à PGTAQ, a previsão é que a mesa de diálogo deve ocorrer antes das oficinas programadas para discutir com os delegados quilombolas. E que em julho a mesa de diálogo; já em agosto, a oficina. Retomar a conversa com os delegados para prepará-los para as oficinas. Rozembergue Dias informou que a CONAQ indiciou a unificação da Oficina de elaboração da PGTAQ e a necessidade de uma reunião essa semana para articular isso. Victória Nascimento informou que é bem aceito a participação das comunidades na mesa de diálogo. Monica Silva informou que um exemplo do MS de articulação local e participação virtual em reuniões. Os núcleos locais do MS reúnem as comunidades no local para participar das mesas de diálogo no interior. O Ministério da Saúde tem a perspectiva de ampliação da assistência de saúde e a atuação do ministério com as comunidades quilombolas. Mirna Chaves, representante do Ministério das Cidades recém indicada, informou sobre a publicação das 3 portarias do Minha Casa, Minha Vida Rural (acabaram de ser publicadas). Abrir janelas para sugestão de propostas de obras para comunidades quilombolas – de acordo com as regras. As comunidades quilombolas são prioridades, assim como as famílias indígenas. Num primeiro momento serão 30.000 unidades distribuídas. A demanda precisa aparecer, por entidades que tem condição de operar. O município pode aparecer como entidade operadora. As Portarias são 741, 742, 743 de junho de 2023. Há um Comitê de acompanhamento do Programa, aberto a participação de convidados. Por meio do endereço: snh.dhr@mdr.gov.br é possível solicitar a participação e as reuniões são de forma híbrida. Importante trazer a demanda caracterizada e qualificada para o atendimento.

Encaminhamentos:

1. MIR: organizar uma reunião com a temática da saúde mental. Mandar para o MS uma proposta.
2. Proposta da reunião: MDA, INCRA, Casa Civil e MIR para discutir a melhor amarração dos decretos declaratórios de interesse social (peça do processo administrativo de titulação do INCRA).
3. Casa Civil: alinhar os procedimentos para os decretos declaratórios.
4. MIR: realizar as mesas virtuais com a contribuição das autarquias e sua capilaridade local.
5. Para as oficinas: fazer um formulário para levantar quem são os representantes que irão participar. E que o mesmo abrisse a possibilidade de envio de proposições para quem não teve acesso. Nesse ponto de encaminhamento, Toshio sugeriu uma proposição em relação a consulta, pois é possível acionar o processo de oitiva que foi feito com o PPA participativo. Usar a expressão participativa – a construção participativa.
6. MIR: marcar reuniões bilaterais para discutir o orçamento. E trazer para o Comitê Gestor os resultados das reuniões bilaterais. O MIR apresentará a planilha do orçamento para discutir.
7. MIR: Encaminhar para os ministérios a planilha de levantamento de demandas organizada no âmbito da DQC/SQPT. Nesse ponto de encaminhamento, Jacobson propôs que os órgãos possam dar um retorno respondendo qual ação eles têm para responder à demanda. Já seria uma proposição para solução dos problemas. Abrir uma coluna na planilha para isso.

Ao final, a Diretora de Políticas para Quilombolas e Ciganos e o Secretário Nacional de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos agradeceram a presença de todos e todas ressaltando que as discussões foram muito positivas e propositivas e que a próxima Reunião Ordinária deverá ocorrer no mês de agosto do corrente ano.

(assinado eletronicamente)

PAULA BALDUINO DE MELO

Diretora de Políticas para Quilombolas e Ciganos

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos
Ministério da Igualdade Racial

(assinado eletronicamente)

RONALDO DOS SANTOS

Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos
Ministério da Igualdade Racial



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo dos Santos, Secretário(a)**, em 04/09/2023, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Balduino de Melo, Diretor(a)**, em 12/09/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3769129** e o código CRC **3E6C357E**.